

MENINOS DO RIO: JOVENS, VIOLÊNCIA ARMADA E POLÍCIA NAS FAVELAS CARIOCAS

SÍLVIA RAMOS*

À memória de Ana Carolina Rodrigues da Silva Dreyfus

Apresentação

Luciana Phebo e

Jacques Schwarzstein

Na cidade do Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, a violência letal tem atingido crianças e adolescentes de forma especialmente dramática.

No caso da cidade do Rio de Janeiro - se a conjuntura social prevalecente não sofrer radical e rápida melhora - estimamos que 4,6 de cada mil adolescentes que completaram 12 anos em 2006 serão vitimados por homicídios antes mesmo de completar 19 anos de idade. O relatório Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), elaborado, em 2009, com apoio do UNICEF, pelo Observatório de Favelas e pelo Laboratório de Análises da Violência da UERJ, como contribuição para o Programa de Redução da Violência Letal do Ministério de Justiça, prevê um número total de 3 243 vítimas desta faixa etária para o período de 2006-2012.

De uma forma geral, mas também de forma muito especial neste contexto social de alta complexidade, participar da construção de conhecimento útil à promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros é uma função estratégica que o UNICEF considera ser de grande importância. Buscando contribuir para com a formulação de estratégias e políticas públicas adequadas ao controle da violência letal que os atinge, nossa organização tem estimulado e apoiado esforços voltados para uma melhor compreensão desse fenômeno. Foi com este intuito que solicitamos ao CESeC a realização do presente relatório. Sílvia Ramos, coordenadora do estudo, apoiada por Ana Carolina Dreyfus**, nos brindou com *Meninos do Rio*, um texto de alta qualidade, que abre novas perspectivas para sua abordagem.

A proposta central de Meninos do Rio baseia-se na idéia - de pertinência já mais que comprovada, mas nem sempre devidamente aproveitada - de que a busca de soluções para os problemas sociais passa necessariamente pela escuta e pelo diálogo com aqueles que mais sofrem seus impactos.

* A pesquisa, realizada pelo CESeC, foi coordenada por Sílvia Ramos e Leonarda Musumeci, e teve a participação da pesquisadora Ana Carolina Dreyfus e do estatístico Gabriel Fonseca. Agradecemos a Luciana Phebo e Jacques Schwarzstein o apoio e o diálogo. Foi importante também a interlocução com José Júnior, Damian Platt, Eliana Souza e Silva, Kátia Edmundo e Lucia de Fátima Oliveira Cabral. Agradecemos, ainda, a Mauro Lima, a Erika Monteiro, aos jovens que aplicaram a pesquisa quantitativa nas favelas e a todos os que nos concederam entrevistas e participaram dos grupos focais.

** Ana Carolina Dreyfus, talentosa pesquisadora, faleceu aos 28 anos de idade no desastre do voo AF 447, da Air France, que saiu do Rio de Janeiro rumo a Paris e sumiu dos radares sobre o Oceano Atlântico na noite do domingo, 31 de maio deste ano de 2009.

No caso, falamos dos adolescentes e jovens recrutados por grupos armados ilegais, adolescentes e jovens que vivem em comunidades parcial ou integralmente controladas por estes grupos, pais e familiares, técnicos de serviços públicos.

Quais são os motivos pessoais que levam um adolescente a optar pelo caminho do crime. Quais são as estratégias individuais às quais recorre, quando deseja abandonar este caminho? Acreditamos que seja importante procurar respostas a estas perguntas, buscando ir além das análises sócio-econômicas que explicam este tipo de opção quase que exclusivamente como um gesto voltado para a geração de renda pessoal e familiar e para o financiamento de bens de consumo da moda. Consideramos que a abordagem de dimensões subjetivas, sociológicas e antropológicas pode em muito contribuir para abrir importantes janelas de oportunidade para intervenções bem sucedidas. Foi por este motivo, que solicitamos a Sílvia que se aproximasse desses atores e buscasse estabelecer com eles um diálogo horizontal sobre um problema que os atinge de forma tão brutal.

Na medida em que veicula o entendimento e as opiniões de uma destacada pesquisadora do tema em pauta, o resultado obtido nos parece apontar para a necessidade de um amplo leque de estudos complementares e para possibilidade e necessidade de pensarmos novas estratégias, novos projetos, programas e políticas públicas. Comunicativo como é, o texto que aqui apresentamos, pede um esforço de contextualização, novas e complementares reflexões, assim como novos diálogos e aproximações. Esperamos que possa ser útil a todos aqueles que, assim como nós, permanecem engajados no caminho da construção de soluções.

Luciana Phebo

Coordenadora do Escritório do UNICEF
para o Rio de Janeiro

Jacques Schwarzstein

Gestor de Programas – UNICEF/RJ

Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas

Sílvia Ramos

O texto a seguir resume impressões, observações e recomendações que se formaram ao longo de entrevistas, grupos focais, reuniões e visitas realizados entre maio e novembro de 2008 com jovens moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro – estudantes universitários, ex-traficantes, traficantes, milicianos, “jovens de projeto” –, mães de jovens envolvidos com a criminalidade, lideranças comunitárias e culturais, e técnicos de organizações que trabalham em favelas. São notas baseadas num material qualitativo rico, instigante e complexo, mas guardam os limites da parcialidade de observações realizadas exclusivamente junto ou em torno a jovens de algumas favelas cariocas.

Sete grupos focais reuniram 87 jovens, técnicos e mães. Dezesesseis lideranças e personagens foram entrevistadas e consultadas. No período de sete meses foi possível listar 104 pessoas que participaram formalmente do processo de pesquisa qualitativa, o que resultou em aproximadamente 400 páginas de transcrições e diários de campo. Adicionalmente, uma pesquisa quantitativa foi realizada com a participação de 14 jovens que entrevistaram 241 rapazes e moças de 14 a 29 anos no Complexo do

Alemão e na Zona Oeste da cidade.

O foco no problema da violência letal armada foi o que determinou a concentração da pesquisa em favelas cariocas. Estamos cientes, porém, de que a ausência de observações sobre jovens de classe média e de bairros populares não controlados por grupos ilegais armados pode contribuir para reiterar estigmas já bastante consolidados não só na sociedade como, involuntariamente, no discurso de ativistas, pesquisadores e autoridades que lidam com o assunto, no sentido de reduzir o problema da violência juvenil aos jovens moradores de favelas. Assim, as observações que se seguem devem ser tomadas com toda a cautela adequada a reflexões em construção, que podem e devem ser alteradas, ou pelo menos enriquecidas, na medida em que mais tempo, mais discussões e mais dados se acrescentem aos apresentados aqui.

As metas principais da pesquisa foram atualizar e aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de atração, manutenção e saída de jovens nos processos de violência armada (especialmente o tráfico de drogas) e fazer recomendações ao escritório do Unicef no Rio de Janeiro para subsidiar o desempenho de seu papel específico na agenda de ações contra a violência.

1. Considerações preliminares sobre o fenômeno da violência letal de adolescentes e jovens do Rio de Janeiro

Pelos dados do sistema de saúde relativos a 2006, a taxa brasileira de homicídios é de 26,6 por 100 mil habitantes. O Brasil se situa entre os seis países da América Latina com maiores taxas de homicídio, sendo o quinto em homicídio juvenil¹. Como se sabe, na América Latina e no Caribe estão algumas das mais altas taxas de homicídio do planeta. No Brasil, a taxa de homicídios do estado do Rio de Janeiro é uma das mais elevadas: 47,5 por cem mil em 2006, 80% acima da taxa média nacional. A da cidade do Rio, no mesmo ano, era de 41,3 e a da Região Metropolitana, de 49,1. A taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos, no Rio de Janeiro em 2006, foi o dobro da taxa média da população de todas as faixas etárias, chegando a mais de 100 por cem mil habitantes.

Gráfico 1
HOMICÍDIOS NO BRASIL – 1980 A 2006
Números absolutos e taxas por 100 mil habitantes

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus (Elaboração CESeC)

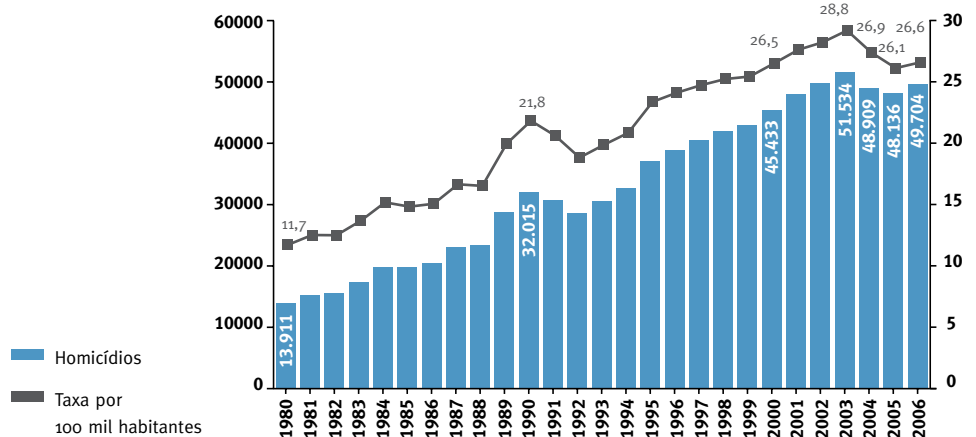
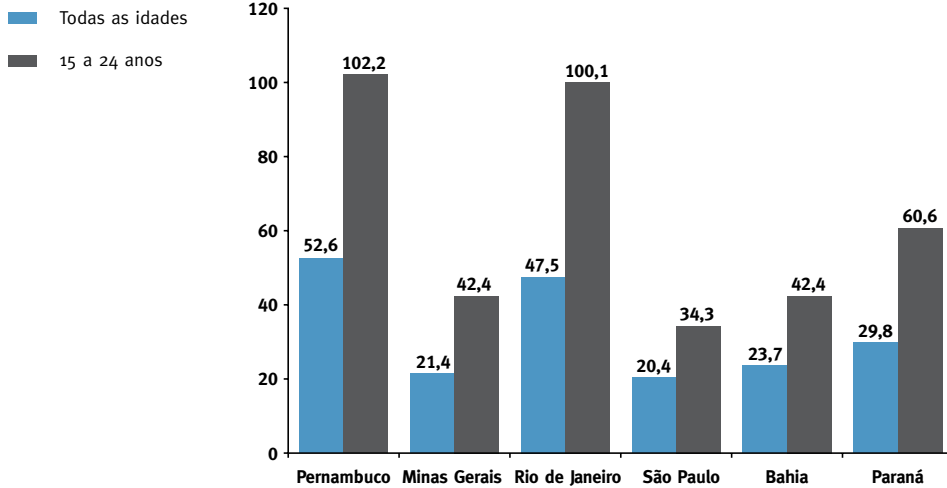


Gráfico 2

**TAXA DE HOMICÍDIOS
POR 100 MIL HABITANTES
NA POPULAÇÃO TOTAL
E ENTRE JOVENS DE
15 A 24 ANOS – 2006**

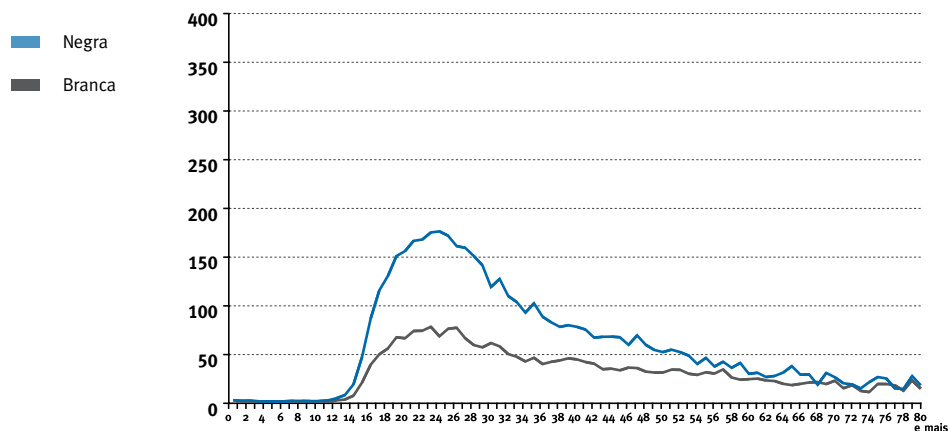


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus (Elaboração CESeC)

Quando se consideram apenas os homens, que representam 93% das vítimas de homicídio, obtêm-se índices impressionantes no Rio de Janeiro, em certas faixas etárias: 172 homicídios por 100 mil habitantes na faixa de 15 a 19 anos; 228 na de 20 a 24 anos e 197 na de 25 a 29 anos. Ou seja, a taxa de homicídios de jovens do sexo masculino do Rio de Janeiro é 4 a 5 vezes a taxa média do estado, que é uma das mais altas do Brasil, sendo o país um recordista regional, e portanto mundial, em assassinatos. Não estamos levando em conta o fenômeno dos “desaparecidos” no Rio de Janeiro. São mais de 4 mil registros de desaparecimentos por ano, sendo que uma parte – cuja proporção se desconhece – é constituída por vítimas de violência letal. Um fenômeno correlato é o das mortes que ocorrem no interior de favelas cujos registros jamais chegam à polícia ou à saúde (IML), pois os corpos são queimados, enterrados em cemitérios clandestinos, no alto da favela, jogados em mangues. Nos grupos focais colhemos relatos dolorosos: uma sobrinha que desapareceu do dia para a noite, um parente que trabalhava no tráfico, um filho cujo corpo nunca foi encontrado.

Gráfico 3

**TAXA DE HOMICÍDIOS POR
100 MIL HABITANTES NA
POPULAÇÃO MASCULINA,
POR RAÇA E IDADE.
BRASIL, 2006**

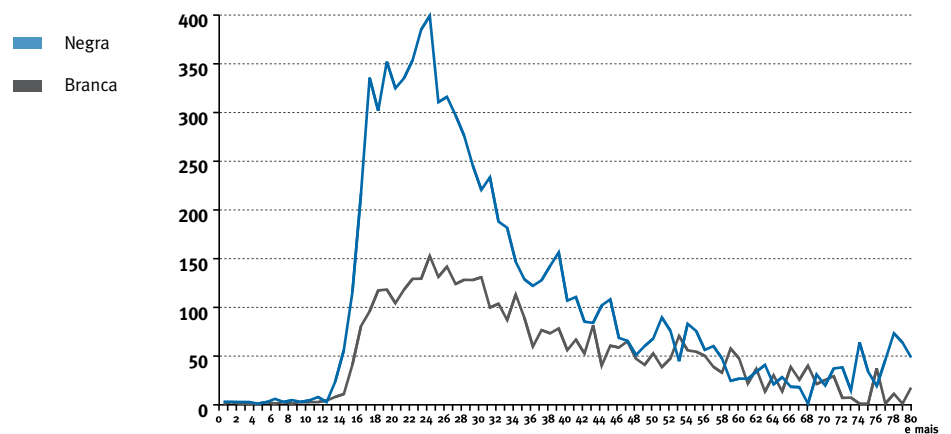


Fonte: Homicídios DATASUS 2006 e população Censo 2000 (Elaboração CESeC)

Quando examinamos a variável cor/raça por faixas etárias, verificamos uma extraordinária concentração de mortes violentas intencionais entre jovens pretos e pardos. Se a taxa é alta para o Brasil (170 homicídios por 100 mil jovens negros entre 21 e 23 anos de idade), no Rio de Janeiro ela chega ao espantoso índice de 370 a 380 homicídios em cada cem mil jovens negros com 22 a 24 anos de idade. Lembremos que se trata de taxas médias para todo o estado. Caso fosse possível desagregar os números de mortes violentas de adolescentes e jovens negros para os diferentes bairros e áreas da Região Metropolitana, certamente encontraríamos índices ainda mais chocantes em áreas que concentram favelas, como a Zona Oeste e certas partes da Zona Norte da capital².

Gráfico 4
**TAXAS DE HOMICÍDIOS
 POR 100 MIL HABITANTES NA POPULAÇÃO MASCULINA, POR RAÇA E IDADE. ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006**

Fonte: Homicídios DATASUS 2006 e população Censo 2000 (Elaboração CESeC)



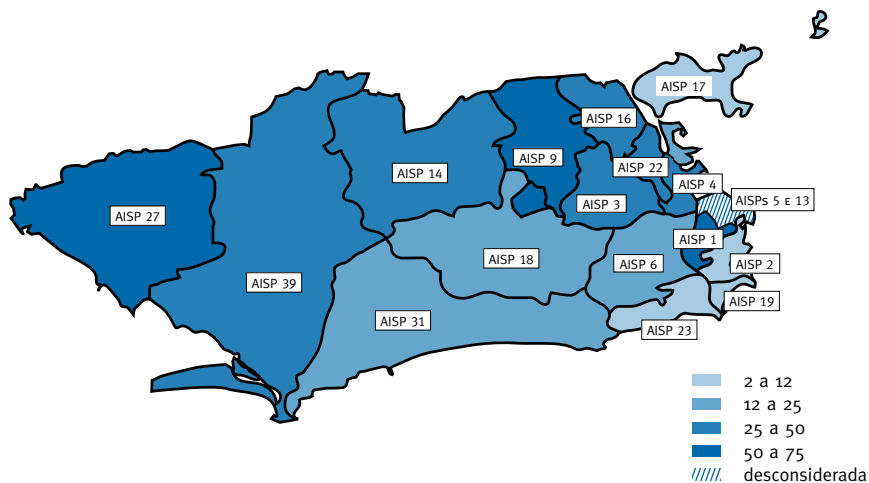
Se cor ou raça puder ser tomada como variável *proxy* para classe social, escolaridade e local de moradia, teremos, então, uma concentração extrema de violência letal no Rio de Janeiro entre jovens pobres moradores dos bairros mais desfavorecidos. A idéia de que a violência letal na cidade atinge em grande medida os jovens do sexo masculino, moradores de favelas e dos bairros da periferia encontra, portanto, respaldo nos números de mortes e na sua distribuição. Sabemos também que 80% dessas mortes são provocadas por armas de fogo³. Apesar de um tanto simplista, parece razoável a equação que associa o problema da violência letal no Rio de Janeiro ao “tráfico de drogas envolvendo jovens de favelas”, pelo menos como ponto de partida para uma investigação qualitativa sobre letalidade jovem, que tente compreender suas principais dinâmicas geradoras, questionar suas linhas de manutenção e indicar suas mudanças e perspectivas futuras.

2. Apenas como parâmetro, devemos lembrar que, quando olhamos os homicídios segundo os dados da polícia pelas Áreas Integradas de Segurança Pública do Rio de Janeiro, temos taxas de 5 a 12 homicídios por 100 mil habitantes em bairros da Zona Sul da cidade; de 40 a 60 por 100 mil em bairros da Zona Norte, como Complexo do Alemão, Vigário Geral, Complexo da Maré, e de mais de 60 por 100 mil em áreas da Zona Oeste como Santa Cruz. [Dados disponíveis em http://www.uacamcesec.com.br/est_seg_esp.php]

3. Em 2005, 69,4% dos homicídios no Brasil foram provocados por armas de fogo. No Rio de Janeiro essa proporção é muito maior. Dos 7.408 homicídios ocorridos, 5.978 foram por arma de fogo, isto é, 80,7%.

Mapa

**HOMICÍDIOS DOLOSOS
POR 100 MIL HABITANTES
MUNICÍPIO DO
RIO DE JANEIRO**
Áreas Integradas de
Segurança Pública - 2008



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus (Elaboração CESeC)

Mas o fato é que nenhum estudo detalhado indicou quais são exatamente as principais dinâmicas geradoras de violência letal entre jovens pobres e negros moradores das favelas e dos bairros pobres da RMRJ. O uso altamente frequente das armas de fogo é forte indicação de que as mortes se associam, direta ou indiretamente, aos grupos armados ilegais que dominam áreas da cidade e que se opõem a outros grupos armados e/ou à polícia. Mas não conhecemos a proporção de mortes que atingem os participantes diretos desses grupos (“traficantes”, “milicianos”, “policiais”), nem os participantes indiretos (amigos, familiares, cônjuges, usuários de drogas etc.) ou os participantes contingentes (colegas, vizinhos, moradores de bairros próximos ou mesmo distantes, presentes em um assalto em ônibus, passantes em uma via da cidade durante um tiroteio, envolvidos em uma briga de festa etc.) De fato, não conhecemos as dinâmicas geradoras de letalidade nem mesmo entre os participantes diretos, ou seja, nem mesmo dentro do recorte “mortes no tráfico”. O impacto espetacular de um tiroteio numa guerra de facções ou num confronto com a polícia (confrontos que efetivamente são responsáveis por parte das milhares de mortes violentas que o Rio contabiliza a cada ano) tende a nos levar a esquecer as incontáveis mortes efetuadas dentro dos grupos armados por acertos de contas ou diversas razões de trabalho, e também por disputas amorosas e familiares, por rixas e conflitos banais que encontram desfecho letal na onipresença das armas e de uma cultura masculina agressiva e explosiva. Como refletiu um ex-traficante entrevistado: “Inveja... é o que mais tem no tráfico”⁵.

Em outras palavras, é necessário chamar a atenção para o fato de que a divisão clássica entre violência interpessoal de um lado (entre pessoas que se conhecem, sem fins lucrativos) e violência coletiva

4. Um ex-traficante que havia sido gerente numa grande favela do Rio contou o seguinte episódio: “O cara pegou uma moto levou pra dentro da favela, uma twister. Ai eu falei ‘qual é? Me dá a twister aí pra eu dar um rolé’. Botei armamento nas costas. E o cara falou: ‘Me dá minha moto, não sei o quê’. E eu: ‘tu ta pensando que tu ta falando com quem? Tua irmã, irmão, algum parente teu? Se eu não quiser que tu tenha moto, tu não vai ter moto. Se eu achar que não tem que ter moto roubada dentro da comunidade, não vai ter. Fica na tua meu irmão’. Falei pra ele ‘a parada é o seguinte, você tem que aprender a lidar com as pessoas, isso é um objeto roubado, pra nós não tem valor. Vai te levar a ter mais falsidade, vai chegar uma hora que isso vai te levar à morte, ninguém vai precisar te matar’. Aí uma vez eu tava andando de moto e ele falando que queria a moto. Eu cheguei: ‘o que está havendo com teu coração, meu irmão? Tu sabe a metade do perigo que tu ta correndo?’ O povo via aquilo ali, sabia que aquilo ali é um gesto de falsidade, o cara pode armar pra você”.

(ou crime organizado) de outro, não se sustenta. Na prática, o que observamos é que parte importante da violência letal ocorrida no contexto do chamado tráfico de drogas é resultante de conflitos e disputas interpessoais. As fronteiras entre naturezas criminais, no contexto de alta letalidade de jovens de favelas, se encontram indefinidas.

Esses comentários preliminares são no sentido de reafirmar cabalmente a gravidade do problema da violência letal no Rio de Janeiro, de apontar a perversidade de sua concentração entre adolescentes e jovens negros moradores de favelas e reiterar a importância política de compreender suas dinâmicas. Contudo, servem também para alertar sobre as grandes áreas de desconhecimento, os pontos cegos e os convites ao equívoco, aquilo que leva a enxergar apenas o que já se sabe e que se quer confirmar. A violência letal entre jovens é um fenômeno continuado e persistente ao longo de anos, de décadas, no Rio de Janeiro. Interrompê-lo ou ao menos reduzi-lo é vital para gerações atuais e futuras.

2. A “crise do tráfico” e as mudanças nas dinâmicas de atração, ingresso e saída de adolescentes e jovens

Tem favela tão pobre que nem a milícia quer!

(liderança cultural de jovens de favelas)

Tá tão ruim que os fogueteiros vivem pedindo comida.

Vão lá em casa, mexem nas panelas:

“pô, tia, não tem um rango, não? Tô cheio de fome”

(mãe de um adolescente cumprindo medida sócio-educativa)

Com certeza, eu trabalhando no sinal,

ganho mais dinheiro do que vagabundo que trabalha no morro.

Não só os novinhos não, tô falando de gerente.

(ex-traficante, atualmente em uma cadeira de rodas)

No repertório das principais mudanças ocorridas no tráfico de drogas nos últimos anos, a redução dos rendimentos obtidos pela venda das drogas está na base de um dos consensos verificados ao longo de toda a pesquisa de campo. Os valores recebidos pelos que ocupam diferentes funções na estrutura da boca de fumo, contudo, quando conseguíamos que os participantes chegassem a definir números, se mostraram bastante imprecisos e contraditórios.

De fato, tudo indica que esses valores vêm decrescendo continuamente desde que se noticiou que somas fenomenais chegavam às mãos de adolescentes e jovens envolvidos no tráfico. Por exemplo, na pesquisa *Nem soldados nem inocentes*, coordenada por Otávio Cruz Netto, em 2000, com adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas, 40% declararam receber valores superiores a 2 mil reais por mês. No estudo de Dowdney, realizado em 2002, *os vapores*⁵ recebiam entre R\$ 1.500,00 e

R\$ 3.000,00 mensais, dependendo da localidade. Os *soldados* recebiam R\$1.500,00 a R\$ 2.500,00. Os *fogueteiros* ou *olheiros* (*falcões*) recebiam em média R\$ 50,00 por dia, o que representava cinco vezes o salário mínimo vigente. A pesquisa *Rotas de Fuga – Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro* – identificou claramente o fenômeno de queda nos rendimentos e observou que, em 2004, 75% dos 230 entrevistados recebiam entre um e três salários mínimos, e aproximadamente 20% ganhavam menos de um salário mínimo. Como veremos, em 2008 a situação havia se deteriorado consideravelmente em algumas áreas.

Ainda que se possa argumentar que alguns patamares estavam exagerados, mesmo para a época em que foram identificados (e que foram excessivamente valorizados pela mídia, fixando no senso comum a ideia de que lucros espetaculares chegavam à base da pirâmide, nas mãos de adolescentes e jovens trabalhando para o comércio varejista de drogas), obtivemos depoimentos enfáticos, tanto de traficantes como de ex-traficantes, assistentes sociais ou lideranças comunitárias, de que houve uma forte queda nas remunerações e de que essa queda se acentuou nos últimos anos. A ponto de algumas “bocas de fumo” viverem na penúria e outras terem sido fechadas.

Com efeito, o que se apresentou com muita clareza é que esse mercado se tornou extremamente heterogêneo, sendo difícil estabelecer valores médios recebidos pelos adolescentes e jovens trabalhando nas diversas funções. Ou seja, as remunerações são variáveis não apenas de favela para favela, mas também de uma semana para outra, de um mês para outro. Uma liderança cultural nos revelou que alguns meninos do tráfico dizem *“tem semana que a gente recebe R\$50,00. Mas às vezes, na sexta-feira, o gerente fala pelo rádio ‘hoje não vai ter nada não’ e reclama que o arrego (propina paga à polícia) naquela semana foi alto”*.

Algumas favelas, entre elas as do Complexo do Alemão, estariam entre as muito lucrativas. Ali, um traficante entrevistado, que estava com 32 anos de idade e teria entrado para o tráfico aos 10 anos, disse que trabalhava como vapor (“vapozeiro”) numa escala de 24 horas de plantão com folga de quatro dias, e que num plantão conseguia ganhar R\$500,00. Disse também que um soldado, que trabalha todos os dias, ganharia em torno de R\$200,00 por semana. Explicou que alguns como ele *“só trabalham no 12”* (tráfico), enquanto outros *“trabalham no 12 e no 157”* (roubo). Isto é, saem da favela para fazer roubos “na pista”. Essa parece ser uma das principais consequências da crise das drogas: as bocas de fumo passaram a ser pontos de referência não só para a venda de drogas, mas também para outras atividades criminosas que dependem das armas⁵.

5. O vapor tem a função de vender as drogas diretamente aos clientes e responde diretamente ao gerente. Em geral pega as “cargas” de drogas em consignação e ganha por comissão. Os soldados têm por responsabilidade defender a “boca” e recebem por semana ou por mês. Os olheiros ou fogueteiros vigiam as entradas e saídas para avisar sobre a chegada de inimigos de outras facções ou da polícia. São escolhidos pelos gerentes e ganham por semana ou por mês.

6. O interessante é que as duas atividades (tráfico e roubo) tradicionalmente mantêm culturas distintas. Esse próprio entrevistado dizia com orgulho de traficante: “tem uns que são 157, mas deixa a comunidade mal por causa disso. Tem dono de morro que não gosta de 157. Não pode roubar pra deixar a favela mal, vai roubar longe”. A jornalista Fátima Souza, em seu livro PCC, a facção, menciona que havia uma separação entre ladrões e traficantes. Os primeiros acham que os traficantes têm “boca mole”, acabam atraindo a polícia e quando ela chega, negociam, dão dinheiro para a polícia, o que um ladrão que se respeite não faria jamais.

Outra consequência da crise é a instabilidade de comandos nos territórios controlados. Uma técnica muito experiente e com atuação em duas favelas distintas disse: *“Uma das mudanças que eu vejo no tráfico é que o chefe era uma coisa assim, ele estava há muito mais tempo, as pessoas tinham uma referência maior de quem era o chefe. E o que a gente vê agora é que tem o chefão do chefão, mas os outros é muito variado. Como tem muita gente de fora, agora as pessoas não sabem mais ao certo quem é que está mandando ali. O tráfico não está mais tão organizado quanto era. Vê essa baixa das drogas, fez com que eles fossem controlar gás, controlar gatonet, então, quer dizer, a grana está ruim mesmo, o negócio não está bom porque foram para a mesquinha. Tem determinados chefes ou subchefes que não são bons pra comunidade. Na verdade eles estão reprimindo tanto a comunidade quanto a polícia”*.

Entre as razões para a crise da venda de drogas no varejo estariam: o fato de que as vendas no varejo nas favelas atendem principalmente a um mercado interno, com menor poder aquisitivo, e não mais compradores de fora ou de classe média, que deixaram de ir às favelas por causa da violência dos próprios traficantes e da polícia; o ingresso no mercado de drogas sintéticas, especialmente o ecstasy (muitas vezes chamadas “balinhas” nas entrevistas e grupos focais), atualmente preferidas pelos jovens de classe média (e também por muitos jovens de favelas), que seriam importadas e chegariam aos consumidores sem passar pelas favelas. Nesse aspecto, a cocaína, droga altamente rentável que inundou o mercado carioca nos anos 1980⁷ e passou a ser consumida em grandes quantidades por pessoas de classe média, teria encerrado seu império, devido aos prejuízos provocados pela contínua e crescente intervenção da polícia, seja em operações de confronto, seja em extorsões.

A chegada do crack às favelas cariocas, especialmente nos últimos três a quatro anos, corresponderia, segundo essas hipóteses, à necessidade de oferecer mercadoria compatível com o pequeno poder aquisitivo de parte de seus consumidores, pois a pedra de crack é mais barata e tem poder entorpecente maior que o da cocaína, ainda que seus efeitos desapareçam mais rapidamente. Também ouvimos durante a pesquisa a interpretação de que o crack seria uma contrapartida imposta pelo PCC (Primeiro Comando da Capital, facção criminosa paulista), que passou a fornecer drogas e armas para algumas favelas do Comando Vermelho do Rio. Voltaremos mais adiante ao tema do crack.

Como veremos nas próximas seções, a crise das drogas se aprofundou a tal ponto que chega a colocar em questão a separação tradicional e bem definida que caracteriza grupos urbanos como “gangues”, “galeras” ou “quadrilhas” (Zaluar, 1997).

7. Uma frase emblemática desse período teria sido cunhada pelo delegado Hélio Luz, então chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, “Ipanema brilha à noite” (sendo “brilho” uma gíria para nomear o efeito da cocaína).

3. Entradas e saídas: lista de razões para entrar no crime e trajetórias que desmentem as “razões”

“Ah, sei lá porque entrei. Poder, eu acho. Ninguém ia tirar contigo (...) nem era admiração pelos caras, era pelas armas”.

(Ex-traficante)

“Eu acredito que eu entrei por safadeza. Nem sei explicar..., minha mãe, pô, criou sete filhos sozinha mas nunca deixou faltar nada em casa.

Amizade, todas eram envolvidas também”.

(Traficante)

“Não tem explicação, cada caso é um caso”

(Assistente social)

“Todos os adolescentes são candidatos (a entrar para o crime).

Eu olho no baile funk a exibição dos fuzis e me vejo na minha adolescência na Inglaterra.

Eu era como um daqueles meninos, queria ser aceito,

entrar para a turma, queria atrair as meninas”.

(Damian Platt, pesquisador e escritor)

Perguntamos em todos os grupos focais e entrevistas: por que alguns jovens entram para os grupos armados ilegais que dominam as favelas e outros não? Por que alguns saem e outros ficam, morrem, matam, vão presos, se ferem? Que razões levam um adolescente, muitas vezes quase uma criança⁸, a escolher uma experiência arriscada, mal paga, estigmatizada - uma “vida errada”, como eles dizem, que leva a algum desenlace próximo e cruel (“cadeia, cadeira ou cemitério”, como ouvimos mais de uma vez). O interessante é que, invariavelmente após considerações genéricas sobre as razões que contribuem para adolescentes buscarem o caminho do crime, imediatamente se seguiam histórias que contradiziam essas razões.

Nossas páginas de material bruto reuniram um repertório considerável de registros em que o jovem não precisava de dinheiro (“ele tinha tudo”), não vinha de família desestruturada (tinha casa, mãe, irmãos, estava na escola), não estava deslocado de seu grupo de amigos (pelo contrário, era integrado, querido, enturmado), não estava “ocioso” (além da escola, ele fazia parte de “projetos” na favela). É claro que em muitos casos adolescentes vão para o tráfico (ou as milícias) em busca de dinheiro, alternativa profissional, para fugir de famílias violentas, para escapar de pais ou mães alcoolizados e degradados, ou por outros motivos socioeconômicos “clássicos”. Mas é importante perceber que em muitos casos as trajetórias de vida não correspondem a essas razões mais óbvias ou frequentes.

A mãe de um jovem oriundo de um bairro de classe média, fora da favela, que um ano antes havia sido morto numa operação em favela disse *“quando meu filho veio a se envolver, eu falava assim*

8. Na pesquisa do projeto Rotas de Fuga, do Observatório de Favelas, o levantamento realizado junto a 230 adolescentes e jovens trabalhando no comércio varejista de drogas em favelas, em 2004, 57% declararam ter ingressado no tráfico entre os 13 e 15 anos.

mesmo: 'gente, como pode, eu não moro na favela, eu não tenho contato com gente da favela'. É a idade, é empolgação, é adrenalina, é um querer de um poder". Outra mãe comenta sobre um parente: "eu tenho um sobrinho que se envolveu, nunca teve necessidade, minha irmã deu tudo, tem 20 anos, não construiu nada, não tem nada, a família vai ter que arrumar dinheiro pra enterrar". Entre os "casos inexplicáveis", uma assistente social fala de algo que conhece bem: "eu sei de meninos que praticamente quase nem ganham, entendeu? Mas está ali, o negócio deles é estar ali na esquina, estar ali com o fuzil (...). Tem o filho de uma conhecida, ele tem uma estrutura familiar, tem tudo e ele simplesmente falou que o que ele quer é estar lá no tráfico".

Reconhecer que a questão financeira ou o apelo monetário que a opção pelo crime pode exercer não é a mais decisiva ou pelo menos não é mais tão decisiva quanto era na época das grandes remunerações, entre outras decorrências, nos obriga a reconhecer o limite dos projetos para jovens de favelas que baseiam sua existência na oferta de ajuda financeira (bolsas). Se, de fato, é difícil um projeto bem sucedido com jovens de favela não levar em conta a dimensão econômica (bolsa, emprego, formação profissional), por outro lado, vários técnicos mencionaram que precisam negociar dia a dia a manutenção de certos garotos em projetos que oferecem algum dinheiro, mas não oferecem algo que alguns talvez busquem ao entrar para o tráfico: *"Agora, semana retrasada eu tive uma situação de um menino que veio me procurar, ele está no projeto, veio me procurar muito aflito, nervoso, dizendo que ia sair do projeto. E aí estava reclamando de alguma injustiça que tinha acontecido... 'é tia, não vai dar não, vou sair, não sei quê'. Prá resumir a história, ele tinha um momento de vida super complicado, irmão preso, a mãe sem trabalho e sem dinheiro, 'vou entrar pro crime', veio me contar isso. E aí eu fiquei pensando, a pessoa está vindo falar com você, então ela não está totalmente decidida. E aí eu fiquei tentando conversar com ele, a bolsa que eu tinha prá oferecer prá ele naquele momento não ia resolver o problema de grana, mas tentei negociar alguma coisa. Quando a gente pergunta se os projetos vão atender certas demandas, acho que a gente está sempre nesse limiar de negociação".*

Procurando fazer uma lista de situações e condições que mais levam os jovens a entrarem para o crime, além da necessidade financeira e do desejo de visibilidade⁹, as razões mais frequentes surgidas nos grupos focais e entrevistas foram: ter vivido uma situação de injustiça (por parte da polícia, na escola, dos amigos ou de outros jovens); ter alguém da família envolvido no tráfico; família desestruturada, ausente; não ter perspectiva de futuro.

Contudo, cada uma dessas razões deveria ser vista com bastante cautela. Sobre a idéia de que famílias desestruturadas produzem candidatos mais frequentes ao envolvimento com a violência, uma

9. Luiz Eduardo Soares há alguns anos alertou para a importância dos aspectos simbólicos associados à opção pelo crime e pelas armas por jovens urbanos. O fenômeno foi descrito em várias de suas obras, entre elas "Cabeça de porco": "um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível" (2005:15). Esse "menino invisível" se torna poderoso, temido e respeitado quando passa a andar armado. Alba Zaluar, em textos seminais para a compreensão das relações entre juventude e crime havia chamado a atenção para as relações profundas entre armas de fogo, construção de identidade masculina e morte (Zaluar, 1994).

assistente social falou: “eu tenho uma certa implicância com esse negócio de família desestruturada, porque quando a gente fala família estruturada e desestruturada, já pressupõe que tem um modelo certo. Que tem uma estrutura que é a correta. E isso não existe. Pelo menos hoje, as formações de família que a gente vê: é mãe que cuida dos filhos sozinha, é a avó que cuida, é o pai que cuida sozinho... Mas na verdade, não quer dizer que morando com pai e mãe certinhos, dentro de casa, que está tudo certo, sendo cuidada. Às vezes as crianças vão vivendo, dorme, acorda, dorme, acorda e ninguém olha por elas. Elas ficam ali circulando e ninguém olha de verdade”.

Ouvimos muitas histórias (inclusive de traficantes e ex-traficantes) em que a existência de alguém da família no tráfico favoreceu o ingresso do jovem. Seriam “as influências”. Realmente, família parece ser um ponto-chave nas histórias de entrada, mas também e principalmente nas histórias de saída de jovens dos grupos armados ilegais. Por outro lado, ouvimos muitas histórias em que, exatamente por vir de uma família em que um pai ou um irmão tinha ido para o tráfico, tudo tinha sido feito para que aquele jovem não entrasse. Ou seja, o que parecia ser o veneno revelou-se o antídoto. No grupo focal com 14 jovens universitários ou vestibulandos, ouvimos muitos relatos que mencionavam um membro da família envolvido com redes armadas, ou pais drogados, mães violentas etc. como os fatores motivadores da busca pelo caminho da universidade pública.

Em relação às histórias de injustiças que deflagraram a decisão de jovens de se associarem a grupos armados locais, diversas são ligadas a uma ação arbitrária da polícia que envolveu humilhação. Um assistente social disse: *“sei de vários jovens, de pessoas que entraram para o tráfico quando alguém da família morreu, quando alguém da família levou tapa na cara, quando alguém da família sofreu uma violência muito extrema e a partir dessa história decidiram ir para o crime”*.

Entre muitos outros, vale mencionar um caso curioso em que alguém desistiu do crime por causa de uma injustiça. Uma jovem universitária disse: *“meu irmão, quando ele tinha 17 anos, começou a se envolver com bandidos e ele foi fazer um assalto com uns caras conhecidos como Irmãos Metralha, lá da Baixa, e ele foi motorista. Depois, quando voltaram do assalto, na divisão, aí veio um pro meu irmão e falou assim: ‘você é bucha, você não ganha nada não’. Aí dividiram o dinheiro entre os demais, meu irmão ficou puto e saiu. Eu achei legal porque esse bandido já é falecido, mas ele não sabe que essa injustiça salvou meu irmão. Hoje é guarda municipal, trabalha, é casado”*.

As trajetórias de saída são frequentemente relatadas a partir de um pedido ou da insistência da mãe ou de algum motivo familiar. Isto é interessante, porque “ganhar dinheiro para ajudar a família” é um motivo muitas vezes lembrado como a principal razão para o ingresso no crime, como mostraremos adiante. Se alguns jovens resolvem “entrar para a boca” quando sabem que a namorada ficou grávida e precisam ganhar dinheiro, nossos relatos são fartos de histórias de saída como esta: *“uma situação que também acontece é de rapazes que acabam de formar família. Da namorada engravidar, filhos, e aí ele acaba saindo. Tenho uma conhecida lá, a situação dela é difícil, ela mal consegue sustentar a família e de repente a namorada do filho foi morar na casa dela, ainda levou uma criança que já*

tinha. Eu falei ‘mas nossa, a sua situação já é um aperto e seu filho, em vez de te ajudar ainda foi arrumar mais um’. Ela falou prá mim, ‘não, eu estou dando graças a Deus, porque meu filho já estava, além de usando drogas, se envolvendo no movimento e depois que ele ficou com essa menina e ela engravidou, ele parou com isso’.

De fato, não é simples compreender trajetórias e depreender causas que as expliquem. Não seria menos difícil se quiséssemos fazer um levantamento entre jovens médicos para entender porque alguns escolheram a medicina e outros não, quais foram as motivações e o que afastou os outros jovens dessa carreira. Ou entre mulheres que optaram por não ter filhos e tantas outras trajetórias que de alguma forma determinam a vida futura. Provavelmente encontraríamos a combinação de diversas causas formando uma história particular de cada caso. Na única investigação quantitativa de fôlego entre adolescentes e jovens trabalhando no varejo das drogas em favelas do Rio, a pesquisa coordenada pelo Observatório de Favelas, quase 60% dos 230 jovens entrevistados disseram que ingressaram no tráfico por questões financeiras (“ganhar dinheiro”, “ajudar a família”, “porque era a única opção de emprego” etc.), 2,6% mencionaram violência familiar e 17% invocaram motivações como “adrenalina”, “sensação de poder”, “prestígio” etc. Quando perguntados sobre a principal razão para permanecer no tráfico, as causas financeiras foram apontadas por 70% e apenas 12% lembraram de adrenalina, sensação de poder etc.

Quando o tráfico já não dá mais dinheiro, ou dá muito pouco, é difícil aceitar que a perspectiva financeira seja a mais forte para explicar sua – ainda – enorme capacidade de atração sobre alguns, a despeito de todas as evidências que o fazem tão pouco atraente: é arriscado, paga mal, é cansativo e impõe jornadas e encargos de trabalho que se não forem cumpridos podem custar a vida e é um mundo cheio de “ vaidades” e “ falsidades”.

Uma assistente social definiu com sensibilidade e perplexidade o que se passa: *“é como o cara que entra no mar prá pegar aquela onda que vem grandona, ele quer estar lá naquela onda. Uma porção de gente está aqui fora dizendo ‘Deus me livre, entrar naquele mar’. Mas ele tem aquela coragem, aquele desejo e vai. Eu acho que é a mesma coisa ir pro tráfico”.*

É sobre essa grande onda do mar, essa capacidade de fascinar seus participantes diretos e os jovens e as jovens que estão no seu entorno que falaremos a seguir.

4. Sexualidade, armas e “poder”: o império da adrenalina e da mistificação

“Muitas pessoas da classe alta, tipo assim zona sul, eles vão prá favela prá curtir.

*As patricinhas descem do condomínio luxuoso, vão prá favela e olha o vagabundo sem camisa,
com a arma, todo suado, fedendo, aí diz ‘é o príncipe de todos os meus sonhos’”*

(Jovem de projeto)

“O menino não tem nada, onde cair morto,

mas sabe quantas mulheres ele tem?

Quantas ele quiser. Dependendo da arma, mais mulher tem.

(Mãe de adolescente cumprindo medida)

“Não tem mais essa remuneração, eles conseguem assim comprar um tênis,

mas não arrumam mais do que isso,

o que eles conseguem hoje e é demais é a atenção dessas meninas.

Elas ficam loucas, arma e cordão de ouro.

(Técnico de projeto em favela).

O tema da sexualidade se impôs à nossa pesquisa. Trata-se de uma das surpresas, talvez a maior, encontrada em campo. As relações entre, de um lado, “conseguir meninas”, “ser assediado por garotas bonitas”, “ser olhado, reconhecido, desejado” e, de outro, “usar armas”, “ser do tráfico”, “virar bandido” foram mencionadas sem exceção por jovens de projeto, rapazes ou moças, traficantes e lideranças. Mesmo quando este ponto não estava em nosso roteiro prévio.

A informação mais repetida, confirmada, explicada e reassegurada – e ainda assim surpreendente e obscura – é a supremacia das armas para “atrair” mulheres, meninas bonitas, da favela, de fora e até de outra classe social. As chamadas “Maria Fuzil” – que seriam as atuais representantes das “Maria Gasolina”, que no passado, dizia-se, só se interessavam por rapazes com carros – estariam sempre presentes na vida da boca de fumo, especialmente durante os bailes funk e muitas vezes foram definidas como a maior razão para explicar o fascínio que os grupos ilegais e as armas exercem sobre crianças, adolescentes e jovens.

O baile funk é um momento privilegiado, quando jovens comuns que moram na favela, que não têm envolvimento com os grupos do tráfico, podem conviver de perto com os outros jovens que estão no tráfico. Compartilham um pouco da “cultura do tráfico”¹⁰, cantam as mesmas músicas, os “proibidões”¹¹ do funk, e assistem ao desfile das armas. A ponto de vários relatos afirmarem que um garoto pode pedir para “dar uma volta de fuzil” durante o baile, se for amigo de algum traficante. É

10. José Júnior, *em seu Da favela para o mundo* (Aeroplano, 2003), fala de uma “harcocultura”.

11. Proibidões são músicas com letras relacionadas às facções criminosas, em geral citando o nome das comunidades dominadas por essas facções e elogiando os atos de violência. Fazem a “apologia do crime”, como os jovens dizem. Também têm o nome de proibidão as músicas de caráter sexual, em geral com expressões pesadas e histórias pornográficas. Os CDs de proibidões não são vendidos nas lojas nem estão editados por gravadoras profissionais, mas são abundantes na internet e especialmente no Youtube.

no baile também que as meninas verificam como se comportam e como são tratadas as namoradas dos traficantes.

Num grupo focal com adolescentes de um projeto social, composto por vinte meninas e meninos na faixa dos 13 aos 17 anos, aprendemos diversos sinônimos para mulheres e namoradas dos traficantes: “fiel”, “comidinha”, “lanchinho”, “passatempo”. A fiel é “aquela que ele ama”. Há controvérsias, alguns acham que a fiel é a esposa, a mãe dos filhos. *“A fiel é a privilegiada, mas também tem mais obrigações, por exemplo, visitar o cara na prisão quando ele é preso, não poder trair senão vai pra vala etc.”*. Segundo eles, um traficante pode ter duas ou três fiéis. Perguntamos como se sabe quem é a mulher do traficante. As adolescentes fazem performances explicando como isso é óbvio e como é impossível ignorar quem são essas meninas: *“as donas do pedaço, cruzam o salão de ponta a ponta, ninguém pode esbarrar nelas”*. Além disso, acrescentam, logo se vê pelas roupas: calças “Gang”, blusinhas “Pichação”, sandálias “Melissa”. Contam histórias abundantes sobre as fiéis e as amantes em que as versões são mais importantes que os fatos. Explicam que as “fiéis” mandam tanto que às vezes o traficante apanha em casa: *“é o maioral na rua, mas apanha em casa da fiel”*. Esses jovens falam pela primeira vez nas “novinhas”¹² (mais tarde “os novinhos” serão citados como os meninos que acabam de entrar para o tráfico e estão cheios de disposição para fazer coisas arriscadas e violentas). No grupo focal de mães apareceu um adendo: *“as novinhas, de 12, 13, 14 anos, são as mais taradas”*.

Perguntamos por que as meninas querem ser amantes dos traficantes: “sensação de poder”. Essa resposta é a mesma para explicar por que os jovens entram para o tráfico: “sensação de poder”. No caso dos jovens a resposta seria: “sensação de poder e mulher”. No caso das meninas, seria “sensação de poder”. As explicações, portanto, são um pouco tautológicas.

No grupo dos adolescentes, afirmou-se que *“a grande maioria das meninas gosta dos garotos do tráfico e que é difícil encontrar uma que nunca tenha namorado rapazes com envolvimento com o tráfico”*. Quando perguntamos se as adolescentes que estavam ali também preferiam os rapazes do tráfico, a resposta foi um unânime “nãaaaa!”. Um rapaz disse que a arma chama atenção e que a mulherada gosta. Outro explicou que a questão é o que ela representa: *“a arma representa o poder do cara, diz que ele é alguém e as meninas gostam disso”*. Um dos jovens fez um comentário curioso, que diz muito sobre como os “meninos do tráfico” mantêm relações com os “jovens de projeto” e os demais adolescentes da comunidade: *“muitas vezes os traficantes aparecem com umas meninhas da comunidade que todo mundo achava muito sem graça, magrinha, sem corpo, mas depois que começam a desfilar com os traficantes, as meninas parece que ganham corpo e o pessoal começa a pensar: ‘pô, olha o que eu perdi!’”*.

¹². Há muitos funks proibidos cujo tema é “a novinha”, todos disponíveis na internet, como um que começa assim: “as novinha de 14 têm um corpo de elite; a mulher de 37, bunda cheia de celulite”.

Numa entrevista com um traficante deu-se o seguinte diálogo: *“eu entrevistei um rapaz que contou que uma vez ele estava na boca e chegou um grupo de 30 mulheres. Não sei se ele estava exagerando, isso é possível?”*. Ele responde: *“ah é, nesse baile aqui chega umas 15 vans só de mulher, só mulher boa”*. *“Mulher daqui ou de fora?”* *“De fora, mulher de termas”*. *“Você acha que elas estão correndo atrás de quê?”* *“Dinheiro. Também ela tem um contato, ninguém rouba ela na rua. Elas tá na rua foi roubada, vem aqui dentro. O cara ainda toma uns tapa”*. Como se vê, até mesmo o traficante tem dificuldade de explicar o quê, exatamente, regularia essas relações de interesse máximo entre mulheres e traficantes. Finalmente, o entrevistado revela que ele não, ele prefere as mulheres difíceis, e que não gosta de *“mulher que fica na boca atrás de traficante”*.

“Os novinhos” e “empolgação” foram outras duas categorias recorrentes nas entrevistas. *“É empolgação, hoje em dia a molecada já tá empolgada, na minha época era difícil, o cara na minha época não gostava de criança no tráfico, era só adulto”*. *“O novinho topa tudo, quer subir, quer fazer nome, gostam de mexer com os outros, o que mandar fazer eles fazem mesmo, não quer saber não. Nós que já é mais antigo, já passou por tanta coisa, não maltrato ninguém (...) Os cara não, é igual pit bull, vai que vai, não quer nem saber, eles querem fazer o nome deles. A gente não, não vai querer errar, e ser esculachado”*.

Diversos interlocutores, ex-traficantes, assistentes sociais e mães fizeram o comentário: *“eles estão entrando cada vez mais novos”*. É difícil saber de fato se a idade média de ingresso nos grupos armados também vem diminuindo sistematicamente ao longo dos anos, na mesma medida em que os lucros se reduziram. Mas tudo indica que as categorias *“novinho”* e *“empolgado”* correspondam de fato a um cenário de crise da estrutura das drogas em que a idade diminui e a improvisação, o amorismo, a irresponsabilidade e a violência aumentam. Garotos muito novos, de 14, 15 anos, destemidos, inexperientes, despreparados, com armas poderosas nas mãos, nas ruas da cidade, em busca de celulares e carteiras, é uma receita para as tragédias cotidianas que presenciamos, com o aumento de latrocínios e de mortes de mais jovens.

Um comentário, ainda, sobre os aspectos mais simbólicos e menos objetivos que movem a *“vida no crime”*, a adrenalina, a onda no mar. Alguns entrevistados mencionaram que mesmo quando um jovem já saiu do tráfico, quando ele fala do passado, *“chega o olho brilha. Tem um prazer ali”*. De fato, observamos claramente esse fenômeno em vários momentos da pesquisa. Mesmo jovens mais maduros que se tornaram lideranças públicas, como as do AfroReggae, e que estão acostumados a contar suas trajetórias criminais, ocorridas às vezes há bastante tempo, vibram ao falar do passado. Os relatos podem demorar horas e atrair bastante platéia. Contam sobre como foram presos, lembram dos diálogos que travaram com policiais, como foram baleados, as fugas, os confrontos, as armas, o número de tiros... como se fosse um filme. Esse fenômeno talvez não seja muito diferente de outro observado pelos assistentes sociais e técnicos. Os jovens que estão atualmente no tráfico se referem ao futuro, também, como um filme: *“quando eu for preso”, “quando eu morrer”*...

5. Território: domínio e orgulho

“MV Bill está em casa”

(MV Bill)

“Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci.

E poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar.”

(Julinho Rasta e Kátia)

Ih fudeu/

tomamo o Adeus todinho/

se liga no meu papo/

mano vê se me escuta/

bonde da Fazenda/

da Grota e da Chatuba/

pra quem não tá ligado/

vê se presta atenção/

(...) Nosso bonde é preparado/

porra vai tomar no cu/

só Comando Vermelho/

e fecho com o Pit Bull/

o bonde todinho foi até para o Adeus

(Funk Proibidão)

Sou da Penha sim/

Família CV/ f

alo com o MK e o FV/

sou da Penha sim/

falo pra você/

quem ta na boca ate o dia amanhecer/

(...) 762 nós tem/ AK nós tem/

G3 nós tem aqui/

é o bonde do Tota/

Então desce, desce, vai lá no Caveirão/

Então desde desce vai lá nos alemão

(Funk Proibidão)

O controle de territórios da cidade por grupos armados ilegais é um fenômeno característico da criminalidade no Rio de Janeiro, raro em áreas urbanas no mundo contemporâneo. Favelas dominadas por gangues – e também alguns bairros da Zona Oeste e Norte – possuem “donos”, que por sua vez mantêm “representantes” locais organizados numa estrutura de quadrilhas armadas responsáveis por manter aquela área como um mercado exclusivo, evitando que outro bando armado “tome” o

território ou que a polícia penetre ali. O objetivo do controle é o monopólio da venda de drogas, de botijão de gás, água mineral e outras mercadorias, além de serviços como sinal de TV a cabo, sinal de conexão para a internet ou ainda o transporte paralelo e a venda de “segurança”.

A “crise da droga” ou a “crise do tráfico” no Rio de Janeiro, que se evidenciou nos anos 1990 e se acentuou na década atual, sobretudo nos últimos dois ou três anos, supostamente deveria enfraquecer a modalidade de desenvolvimento dos negócios ilegais. Um cenário possível teria sido o recuo das facções criminais para as áreas mais rentáveis e o “abandono” ou “libertação” de inúmeras áreas pouco rentáveis ou mesmo geradoras de prejuízo. O que se passou na década atual, contudo, foi o fortalecimento da lógica de controle territorial pela expansão de grupos armados com participação de policiais, denominados milícias. Chegamos, portanto, ao fim desta década com um quadro de criminalidade (um tipo de criminalidade que provoca altas taxas de letalidade entre moradores das áreas pobres da cidade) agravado, e não amenizado, como poderíamos supor que seriam as consequências da crise do tráfico de drogas. Não verificamos, nos anos 2000, o fim de grupos e nem mesmo uma reorganização das facções de forma que os grupos mais frágeis se somassem ou fossem tomados pelos mais fortes. Os três principais grupos criminais presentes nas favelas e nas penitenciárias do Rio de Janeiro (CV, TC e ADA) aparentemente se adaptaram aos novos tempos, mesmo que com menor capacidade de gerar lucros para seus chefes e “donos”, e conseqüentemente para as bases.

Em vez de uma fragilização da lógica de controle territorial, tivemos seu fortalecimento e consolidação. Não se trata aqui de fazer uma digressão sobre as causas desse fenômeno, mas certamente, em boa medida, ele está ligado ao problema histórico das forças policiais no estado, que aprofundaram nos anos 2000 suas tendências de descontrole do uso da força, da corrupção e muitas vezes da barbárie.

Em outras palavras, é importante ter em mente que, no momento da crise das drogas, o fortalecimento – e não o enfraquecimento dos diversos grupos que mantêm domínio territorial armado, incluindo as milícias – deveu-se acima de tudo ao fracasso das políticas de segurança no estado e na cidade, especialmente das políticas para as favelas e bairros populares.

Os jovens moradores dessas favelas e bairros, por sua vez, parecem viver em uma condição ambivalente: são estigmatizados por “serem de favela” e morarem em áreas cujos nomes às vezes são bastante associados à violência e à criminalidade, e portanto encontrarem enormes barreiras sociais e profissionais, mas, por outro lado, têm orgulho de “pertencer” à favela tal ou qual, de “ser” do Complexo tal e reafirmam sempre que podem, continuamente, seu amor pelos seus locais de origem. No mundo da música, do grafite, da dança etc., especialmente quando associado ao hip hop e ao funk, os nomes dos locais são emblemas que se colam aos artistas. MV Bill da CDD, AfroReggae de Vigário Geral, Racionais MCs do Capão Redondo, Sabotagem do Brooklin, Zé Brown do Alto do Pina... e os “manos” assim se encontram em espaços fora dos seus locais de origem, para trocarem saudações e reafirmarem que “periferia é periferia em qualquer lugar” e que, se MV Bill não está na CDD, ele “está

em casa” quando é recebido em outra favela ou periferia.

Tivemos inúmeras expressões desse tipo de ligação forte e amorosa com o território, a “sua favela” – porém ambígua, porque inibida em certas situações “fora da favela”, como as de conseguir um emprego – por parte dos jovens de projeto, dos adolescentes, dos técnicos, das mães e dos traficantes que entrevistamos. Mas nenhuma demonstração foi talvez tão enfática e espetacular quanto os gritos ensurdecedores de entusiasmo quase histérico dos adolescentes do Complexo do Alemão, das favelas de Copacabana, Leme e Santa Cruz na apresentação da pesquisa do Cedaps e Unicef no Cine Odeon, em dezembro de 2008¹³. Como se quisessem gritar bem alto, Rio de Janeiro, Cinelândia, nós estamos aqui! Somos do Chapéu Mangueira, da Babilônia, do Cesarão, da Grota, do Canitar e somos nós que estamos aqui no coração do Rio.

Nossa pesquisa concluiu claramente, assim como outras já o fizeram antes e têm feito recentemente, que a dimensão territorial é uma das chaves para compreender a criminalidade no Rio de Janeiro e para estabelecer ações que a desarticulem ou a reduzam, mas também é uma noção central que deve ser levada em conta e reafirmada em qualquer tentativa de diálogo com jovens e adolescentes que vivem nessas áreas¹⁴.

Por outro lado, a possibilidade de circulação em outras áreas da cidade distantes da sua própria favela (“sair da favela”) parece ser, pelos depoimentos que colhemos, um poderoso fator de atração concorrente com os fatores que os grupos armados locais inspiram. De uma assistente social ouvimos: *“Lá dentro o garoto é o poderoso, mas não pode sair da favela, não pode circular em outros espaços. Tem momento que o cara pode acordar e dizer assim, quero ir no cinema com a minha namorada. Um garoto que eu entrevistei que trazia isso. Poder sair da favela era um sonho que o levava a sair do tráfico”*.

Um ex-traficante contou a seguinte história: *“Eu era o frente da favela. Chegou o Junior (do AfroReggae) pedindo pra gente dar uma entrevista para uns caras. E eu: ‘o que é isso aí?’ ‘um I-pod, que música que tu gosta?’ ‘Pô, musica que eu gosto não tem aí não’, ‘Pode falar irmão, fala aí, o que tu gosta, o que você quiser tem aqui’. Ai eu falei ‘bota o Legião Urbana aí’. O cara botou. Eu: ‘caralho’. ‘Qual é irmão, esse aqui é o meu, né?’ ‘Onde eu compro um desse aqui?’ ‘Esse aqui você só vai comprar lá, lá fora’. ‘Lá fora onde? Ali fora da favela?’ ‘Não, esse aqui você só vai comprar lá fora’. ‘Lá fora onde? No shopping de Caxias?’ ‘Não isso aqui tu compra lá fora, em outro país’. Eu ‘caralho’,*

13. Pesquisa “Ser criança e adolescente no Rio de Janeiro: Pesquisa Participativa e Redes Sociais. Áreas Complexo do Alemão e Entorno, Copacabana e Leme, Santa Cruz.”. Cedaps / Unicef, 2008.

14. Como afirmou a pesquisa Cedaps/Unicef: “O território não se restringe a um espaço delimitado geograficamente. Apresenta-se, sobretudo, como um conceito relacional (...). Nas políticas territoriais, o território fornece as informações e redes de relações necessárias às mudanças e as soluções potenciais para cada problema enfrentado. Em comunidades localizadas nos contextos dos centros urbanos, está presente, por um lado, a sinergia dos fatores negativos que concorrem para a vulnerabilidade estrutural e a desproteção de crianças e adolescentes. Mas há que se considerar, por outro lado, que é neste mesmo território que podem ser construídas e reforçadas as bases sociais de apoio, proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes”.

ai eu pirei, pô vou sair daqui e vou lá na França, fazer o quê, amigo? Comprar um I-pod! Ai eu fui e dei a entrevista. Aí ele fez o convite: 'Deixa te fazer uma pergunta. Se uma empresa te fizer uma proposta, de você ganhar uma quantia por mês, você largaria o tráfico?' 'Pô eu largaria, por qualquer dinheiro, até por cem reais, só pela oportunidade de trabalho'. Uma semana depois eu sai... agora to aqui, tirando outros". Esse mesmo jovem havia mencionado em uma entrevista anterior que só pela televisão assistia à mudança no entorno de sua favela. Via no RJ TV as obras, a construção de pistas largas e pensava “pô, quando eu tiver que sair daqui não vou saber nem como andar lá fora”.

6. Milícias: repressão e atração

Nossa pesquisa verificou o que as notícias nos jornais e outros estudos recentes e específicos têm indicado: o crescimento de fenômenos heterogêneos que têm em comum envolverem grupos controlados por policiais ou ex-agentes de segurança pública, serem de caráter impositivo, visarem lucro, manterem um discurso de legitimação sobre sua existência e sobretudo estarem baseados no controle territorial¹⁵. De fato, observamos que as configurações do que chamamos “milícias” (aliás, “*melícias*”, segundo vários jovens e moradores) vão da imposição do terror absoluto, das ameaças generalizadas em que todos se sentem sob vigilância e cedem à extorsão aberta, até modalidades mais brandas, em que moradores pagam apenas o sinal de TV a cabo e sabem vagamente que a área passou a ser controlada por grupos armados, mas não verificam a presença das armas nem se sentem sob ameaça. Também ficou evidente que se trata de um fenômeno em transição. As descrições são imprecisas e marcadas por hesitações do tipo “isso era assim antigamente, agora mudou”.

Entre jovens de diferentes áreas controladas por milícias observamos um sentido de angústia ao se imporem a obrigatoriedade de uma “escolha”: se “é melhor viver numa favela com traficante ou com milícia”. Em um de nossos grupos, travou-se um diálogo muito tenso. *Rapaz: então não adianta a gente estar criticando. Moça: mas é tudo a mesma coisa, facção, milícia, bandido, é tudo bandido que não presta. Rapaz: Mas tem que optar por uma, qual você prefere? (Vários falam ao mesmo tempo, muitos se exaltam). Moça: sabe o que eu prefiro? Fazer o que eu faço todo dia, saio de manhã, vou pro meu trabalho, volto, chego, bom dia, boa noite prá quem quiser. Rapaz: onde você mora não tem milícia, não tem bandido? Moça: se tem eu não sei, eu não me envolvo, é isso que eu falo... (todos falando ao mesmo tempo, protestos).*

Efetivamente, a versão de que os jovens não gostam da presença de milícias por que elas proibiriam o uso de drogas, o baile funk e restringiriam liberdades interpessoais (horários, pessoas de fora circulando, prostituição etc.) não se confirmou nem vagamente. Entrevistamos adolescentes que temiam e odiavam as milícias e outros que fizeram defesas abertas da “arrumação” que esses grupos teriam feito nas áreas que passaram a controlar: “os *meninos que usavam drogas estavam roubando, estava*

¹⁵ Esses são os cinco aspectos inerentes ao fenômeno, tal como foi definido pelo estudo de Ignácio Cano, *Seis por meia dúzia: um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro*.

uma onda de roubar no bairro. Eles não tinham escrúpulos. Aí o que aconteceu? Eles entravam no colégio, avisaram, avisaram de novo, avisaram várias vezes. Eles não tomaram jeito, acho que em menos de uma semana, rodou uns 20 ou mais (...). Sim, esses meninos estavam no colégio, mas eram metidos com besteira. Foram mortos, e teve o tal do P. que era aluno da minha mãe, minha mãe até estava tentando levar o menino prá igreja, mas era um menino que não queria nada (...), não, não eram ligados a tráfico, eram só bandidinhos, roubavam do próprio pai, que eu acho um absurdo, roubaram até a igreja da esquina perto da minha casa. O mais novo que eu vi, infelizmente eu vi sem querer, ele tinha 14 anos. O mais velho que eu saiba foi o P., que tinha 18 (...). Eu fiquei até com pena, passei e vi esse garotinho de 14 anos, com a mão amarrada prá trás e a perna, eu olhava pro menino assim, não sei... eu fiquei cheia de pena, mas ele não tinha que mexer com besteira. Rapaz: cheia de pena, aí amanhã, depois, vai na tua casa, bota tua mãe, teu pai, você de joelhos... (todos falando muito alto).

Também verificamos que os grupos de milicianos podem ser atrativas fontes de renda e emprego para os jovens. Isso contraria a ideia de que milícias não empregam jovens e que seriam formadas apenas por pessoas mais velhas, profissionais de polícia. Um jovem que tentava a vida profissional num grupo de dança, afirmou: *“eu tive lá dentro, trabalhei com eles, só que meu negócio era outro. Eu tive a necessidade de não pedir nada aos meus pais. Estava precisando de emprego. E eu ia na venda não tinha emprego, eu trabalhava de ajudante me sacaneavam, então, quer saber de uma coisa? Aí o cara me chamou: ‘pô, tu tá a fim de trabalhar, vamos trabalhar com a gente’. Trabalhei com eles, fiquei trabalhando, um mês, dois meses. No primeiro mês eu vi aquilo tudo, no primeiro mês estava tranqüilo, achei maneiro, entendeu, caraca, mas aí o pessoal que me visava na comunidade, que eu sempre fui visado, sempre fui um garoto que gostei de me comunicar, de brincar, aí o pessoal começou a me olhar diferente. Eu dava bom dia pra um, todo mundo nem piscava, dava bom dia pra outro (...). Aí o primeiro mês tudo bem, mas teve uma vez que eu fiquei até tarde, fiquei na estrada do Campinho até tarde, aí a passagem de turno era às 6 horas, passei da hora, fiquei até as 10 e pouco da noite. Aí cheguei lá: ‘pô, maior sacanagem, até essa hora lá, vocês estão aí bebendo guaraná, pô’. Aí ele: é, vamos acertar essa hora aqui. Eu disse: não, passar hora não, tô fora, tô saindo (...). No início estava com receio, cara feia, fiquei com medo, mas aí passou. Hoje em dia eles passam, falam comigo”.*

Há boas razões para crer que a proliferação rápida e espetacular do fenômeno das milícias, a partir de 2005 e 2006, se deveu a uma espécie de corrida por territórios. Como uma onda que se desenvolve rapidamente, grupos de policiais concluíram que se não definissem as suas próprias áreas naquele momento, depois seria tarde. A própria lógica do controle territorial foi responsável, portanto, pela multiplicação do fenômeno, que se baseia na ideia de que não há território sem dono.

Outra versão sobre o crescimento das milícias enfatiza a redução dos lucros obtidos por grupos de policiais corruptos em atividades de extorsão. Com a crise do tráfico e a conseqüente redução dos ganhos ilegais, alguns policiais teriam resolvido obter lucros controlando diretamente territórios e

não mais indiretamente, extorquindo traficantes que controlavam territórios. Nessa lógica, resolveram explorar as suas “próprias áreas”, algumas vezes enfrentando e expulsando traficantes – ainda que confrontos entre milicianos e traficantes tenham sido até aqui, primeiro semestre de 2009, relativamente localizados.

Um último comentário sobre a realidade atual das milícias no Rio de Janeiro. Mesmo depois de dois anos de repressão em áreas da Zona Oeste, com a prisão de lideranças importantes do grupo autodenominado Liga da Justiça no início de 2009, e mesmo após a conclusão da CPI das Milícias, que reuniu um conjunto significativo de informações, e identificou chefes, locais e modos de operar desses grupos, o que se verifica é que eles não só continuam fortes como parecem estar mais estruturados do que antes. Tudo indica que, em relação às milícias, o período de políticas de segurança omissas e/ou coniventes favoreceu o enraizamento bastante profundo, pelo menos em algumas áreas. As milícias hoje passam a ter estrutura e autonomia suficientes – tal qual as facções do tráfico – para sobreviver e prosperar mesmo com importantes lideranças na cadeia. Em outras palavras, todas as políticas de redução da violência letal e as políticas para jovens de favelas e bairros populares terão de levar em conta que os grupos de milícias não só são uma realidade presente, geradora de letalidade em graus que ainda não se pode mensurar, como provavelmente persistirão pelos próximos anos.

7. Crack: uma epidemia que pega os “mais fraquinhos”

“Essa é a pior droga que inventaram”

(Traficante)

Outra surpresa da pesquisa foi a preocupação de jovens, lideranças, mães e técnicos com a chegada, ao mercado das drogas, há poucos anos, do derivado da cocaína, o crack: *“aqui no Rio ninguém estava preparado. Não é só pai e mãe, não, é a saúde, o Conselheiro, não tem internação, ninguém sabe de nada. Tão amarrando criança em casa, que é pra ele não morrer”*.

A principal revelação que obtivemos em campo é que, diferente de outras drogas, como maconha, cocaína e mais recentemente as balinhas, que exercem alguma atração declarada nos jovens, o crack e o usuário de crack são objetos de grande estigma: *“o vício é rápido e é fácil saber quem usa. Usam copos de Guaravita. O cara que experimenta crack no baile funk, no dia seguinte todo mundo sabe, lá vai o cracudo, o craqueiro”*. Outra adolescente falou, fazendo cara de nojo: *“eu não ando com cracudo do meu lado”*.

Tanto jovens como mães e técnicos têm casos para contar. Jovens que venderam tudo em casa, inclusive pratos, roupas, sapatos. *“A mãe chega e a casa está vazia, o menino vendeu tudo na esquina”*, disse uma das mães. No grupo de mães, várias reconheciam que a única alternativa disponível até aquele momento em diferentes comunidades era oferecida pelas igrejas evangélicas. Essas opções eram as de

internação em lugares chamados pelas participantes de “casas de recuperação”. De fato, referiam-se a sítios distantes para os quais os adolescentes poderiam ser enviados: *“lá não tem nada, não tem nada com álcool, não tem conforto, não tem televisão, vai acordar cedo, vai lavar a roupa dele”*.

Outras mães argumentaram: mas quando ele torna, ele se sente curado, passa um tempo, depois retorna a cracar de novo, dois meninos estavam num abrigo, saíram, voltaram pra favela, e voltou tudo. *“Não adianta confinar eles, porque eu sei que eles vão voltar pra comunidade, vão voltar a usar”*. Outra: *“além disso, faz com que as crianças comecem a entrar para a igreja, a IURD, o pastor Marcos. É complicado, mas eles na rua se acabando, morrendo”*.

A unanimidade das preocupações com o crack se completou com as declarações do traficante (que vende crack no Complexo do Alemão): *“é a pior droga que inventaram (...), é isso aí, tá vendendo, tá dando lucro, é a droga que nego usa, usa, mais usa e mais quer. Não consegue parar (...), ah mata a pessoa mesmo. Não consigo entender, viciar num negocio que ta fazendo mal, parece que não se enxerga, não se olha no espelho, hoje em dia é a melhor dieta que existe (ri). A pessoa começa com o maior corpão, daqui a pouco tá sumindo tá igual um papel, só tem vareta. É uma vareta e não enxerga que ele quer usar mais e mais. Tem uns que usa quando tem dinheiro, mas tem uns que começa a fazer merda, começa a roubar*.

Num estudo clássico sobre o crack nos Estados Unidos, “Crack in America”, organizado por Craig Reinerman e Harry Levine, os autores ensinam lições que podem ser úteis no caso do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, procuram dissolver mitos arraigados, transformados em certezas, que alimentaram a “epidemia de medo” que acompanhou a chegada do crack aos Estados Unidos. O crack não é mais viciante do que outras drogas; não é verdade que usuários se tornam viciados mais rapidamente (pelo contrário, a maioria das pessoas que o experimenta, não volta a usá-lo e não “fica” nessa droga; isso ocorre com uma parcela mínima de usuários); não é uma droga que leve à agressividade, embora possa fazer pessoas agressivas se tornarem mais agressivas; não leva usuários a se tornarem traficantes, ainda que intensifique o tráfico; não destrói bebês no útero como se acreditava. A especificidade do crack é ser um forte atrativo por razões econômicas (é mais barato). Por isso, parte das respostas nos Estados Unidos se deu no plano econômico. Como uma epidemia, uma vez que as pessoas suscetíveis experimentaram a droga, o fenômeno passa rapidamente. Os autores alertam sobre políticas draconianas que correm o risco de durar mais do que a própria epidemia. No caso do Rio de Janeiro, contudo, até o momento, o que percebemos em campo é o sentimento de que se experimenta uma epidemia de indiferença, mais do que de pânico¹⁶.

16. Agradeço as contribuições de pesquisadores com quem discuti a primeira versão deste texto, no escritório do Unicef Rio. Luke Dowdney (Luta pela Paz) e Raquel Willadino (Observatório de Favelas) fizeram indicações importantes de que a crise advinda com a chegada do crack representa também, paradoxalmente, uma brecha aberta para a intervenção de mediadores junto a jovens envolvidos no tráfico, uma “janela do crack”, chegando a haver pedidos dos próprios chefes de bocas de fumo para que ONGs auxiliem adolescentes viciados, que alguém “faça alguma coisa”. Por outro lado, essas ONGs também fazem o papel de mediadoras em relação à assistência governamental. Informaram que se por um lado lideranças comunitárias se queixam que não há para onde encaminhar os adolescentes usuários de crack, por outro lado, os CAPs-AD (Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas) reclamam que as demandas não chegam até eles. Esforços têm sido feitos para que a demanda e a oferta por atendimento se encontrem.

8. Polícia

*“Eles entram e acham que é tudo roubado,
tem geladeira nova, acham que é roubada,
se a geladeira tá cheia ‘ah isso tá cheio demais’,
colocam no chão e mijam em cima”.*

(Mãe de um adolescente sob medida sócio-educativa)

São inúmeros, dolorosos e vergonhosos os casos envolvendo a polícia que ouvimos ao longo dos sete meses de pesquisa. É desnecessário citá-los aqui, porque eles reproduzem a farta, amplamente conhecida e já bem ilustrada crônica cotidiana de barbaridades e degradação da força do Estado, especialmente na sua relação com as favelas. Se é verdade que as polícias em geral, no Brasil e no mundo, tendem a tratar com menor respeito e cuidado os mais pobres, não temos ouvido nada nem levemente parecido com o que ocorre no Rio em nossas pesquisas com jovens de favelas de Belo Horizonte ou nos contatos com grupos que trabalham com jovens da periferia de São Paulo ou em Fortaleza. A polícia do Rio de Janeiro parece decididamente constituir um caso extremo, no contexto já bastante preocupante das polícias e do Sistema de Justiça Criminal brasileiro (incluindo os sistemas penitenciários e os sócio-educativos, muito frequentados por jovens de favelas).

No caso do Rio, não se trata apenas da evidência dos números, dos mais de mil mortos pelas forças policiais ano após ano, das evidências de corrupção generalizada em muitas áreas e da proliferação das milícias sob os olhos complacentes de comandantes e chefes de polícia. Trata-se de uma cultura policial arraigada que naturaliza o desrespeito a todos os moradores das áreas pobres da cidade, banaliza a brutalidade e de certa forma justifica a cada dia o próprio fracasso através da lógica da guerra contra o crime, dos armamentos nas mãos dos marginais, da escolha feita por aqueles que recebem a polícia a tiros, do remédio amargo.

Não existe a menor dúvida de que a polícia é um elemento decisivo para que a criminalidade tenha se configurado, no Rio, da forma que a vemos hoje, para que a violência letal tenha se concentrado tão fortemente entre adolescentes e jovens moradores de favela que se envolvem no fenômeno como agressores e como vítimas, e para que o controle de territórios por grupos armados ilegais tenha se tornado mais do que um modelo, uma cultura carioca, uma metáfora brasileira da violência urbana. As imagens espetaculares de guerra, veículos blindados, armas militares e quase meia centena de corpos todos os meses, quase todos jovens e negros – imagens que correm o país e o mundo tanto em filmes como Cidade de Deus e Tropa de Elite e em matérias jornalísticas frequentes – incluem a polícia, como responsável pelo menos parcial dessa tragédia. Mas isto não pode nos impedir de compreender que a polícia também é parte absolutamente fundamental para a solução dessa tragédia.

Projetos sociais, sozinhos, não reduzem taxas de homicídio. Melhoria das escolas, criação de empregos, ampliação de alternativas profissionais, programas de bolsas, iniciativas culturais para fortalecer a imagem do jovem de favela, tudo isso é necessário, mas não basta para reduzir a letalidade provocada pelo envolvimento de adolescentes em grupos armados. É imprescindível reduzir a presença dos

grupos armados nas favelas, diminuir a presença das armas, das munições, do mando de “donos”, de “patrões” que fazem da violência uma cultura, uma regra local, uma lógica interpessoal. Enquanto houver armas e munições em abundância nas favelas, AK, G3, Para-FAL, AR, 762, metralhadora .30, .50 (que derruba aviões), essas máquinas cantadas euforicamente nos proibições do baile de domingo, haverá meninos que por alguma razão, em algum momento de suas adolescências ou juventudes, vão optar “pela vida errada”. Mesmo que seja apenas uma loucura de verão, uma decisão absurda, e não uma opção segura pelo crime, esse instante muitas vezes resulta na morte de tantos adolescentes e jovens. A arma que confere tanto “poder” está na porta da rua, na esquina de casa, não é necessário nem o dinheiro da condução, está muito perto. A munição é farta, o despecho é rápido, muitas vezes não há tempo para pensar, se arrepender.

O desarmamento, a redução da presença de armas de guerra e de armas pequenas (pistolas e revólveres) nas favelas e periferias, além da redução do fluxo contínuo das munições são os aspectos mais decisivos do cenário que já enfrentamos há anos e que iremos enfrentar nos próximos anos. A retomada do debate sobre o desarmamento se coloca como fundamental.

Contudo, isto não basta. A desocupação dos territórios dominados por traficantes e milicianos terá de ser feita pela polícia. E só será bem sucedida se for realizada por policiais honestos e respeitosos em relação aos moradores das favelas. Não se trata de “operação policial”, mas do estabelecimento de policiamento comunitário permanente, em quantidade suficiente, supervisionado por oficiais superiores que devem se encontrar nas favelas (e não dentro dos batalhões) e controlado pela mídia, por organizações locais e pelos moradores. Ações sociais, culturais e pressão política sobre governantes, por si sós, não são capazes de eliminar as armas e reduzir a violência letal. Em nenhum lugar e menos ainda no Rio de Janeiro. É na polícia, portanto, que parte de nossas energias tem que ser concentrada nos próximos anos.

9. Conclusões e recomendações

• “Nós estamos salvando as crianças e perdendo os adolescentes”.

A frase foi dita por Marie Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil, na abertura da Consulta Nacional sobre Violência Contra a Criança e o Adolescente, em 2005. A agenda da violência envolvendo adolescentes tem uma especificidade, um complicador intrínseco, o fato de que adolescentes são vítimas e autores de violência. Morrem e matam. Diferentemente das crianças vítimas de morte pós-natal ou desnutrição, os adolescentes envolvidos em violência são vítimas e agressores, simultaneamente. A articulação discursiva é complexa e é preciso mobilizar atores sociais que historicamente têm ocupado campos bem demarcados e muitas vezes opostos. Uma parte de defensores históricos do ECA tende a pensar nos adolescentes exclusivamente como “vítimas” e “portadores de direitos”, e os agentes de segurança e justiça criminal tendem a pensar nos adolescentes apenas como “problemas”, numa construção que os criminaliza, especialmente se forem pobres e viverem nas favelas. É

necessário encontrar um ponto de articulação de olhares, metas, programas e compromissos que seja capaz de dialogar com os diversos campos, o que tem sido raro no Brasil.

• **Homicídios, suicídios, acidentes.**

Além de violência letal intencional, que atinge principalmente adolescentes e jovens negros do sexo masculino moradores de favelas, jovens têm sido vítimas no Brasil, em proporção impactante, de outras modalidades de morte violenta, principalmente os suicídios e os acidentes de trânsito. Muito poucos têm discutido os suicídios juvenis. Esse é um tema que precisamos enfrentar (veja-se, entre outros, o artigo de Edinilsa Ramos, Cecília Minayo e Fátima Gonçalves, 2006). Os acidentes de trânsito têm sido objeto de atenção por parte de autoridades, mas em geral por seus aspectos técnicos. Abordar o tema da violência letal por essas três frentes combinadas e simultâneas tem também a virtude de incluir jovens de diferentes classes e de ambos os gêneros na preocupação pela vida. O agendamento dos três temas ligados à vida (e não só a violência por homicídios, associada ao “crime”) também tem a virtude de estimular um diálogo intergeracional, algo que vem sendo observado como necessário por alguns ativistas.¹⁷ O assunto da violência letal urbana é extremamente estigmatizado e suas vítimas muitas vezes são vistas como “jovens que não tinham futuro” e por isso suas mortes muitas vezes são naturalizadas. A idéia é associar o tema da vida ao tema da violência e convidar jovens a produzir olhares solidários em que se reconheçam como aqueles se optam ativamente por ficar vivos e cuidar para que outros se mantenham vivos.

• **Território.**

Território (“favela”, “quebrada”, “periferia”) é um conceito fundamental para entender as dinâmicas estruturadoras da violência e para construir ações de saída da violência. Território é a chave, às vezes paradoxal, que tem que ser afirmada, valorizada (ter orgulho de ser de tal favela; querer representar a comunidade tal, sentir alegria por pertencer e “ser” de tal lugar) e ao mesmo tempo superada, olhada pela distância que apenas a saída e a circulação por outros territórios conseguem produzir. Além de ações baseadas na afirmação territorial, parece ser interessante ao mesmo tempo o apoio a atividades baseadas na circulação, na saída da favela. Viva a favela, sair da favela. Não só estimular a circulação dos adolescentes e a “ocupação” de espaços urbanos fora das favelas. Também é fundamental a circulação em outros espaços demarcados, de forma a exercitar a desconexão das identidades de facções e comandos. Encontros com jovens de diferentes áreas. Território, cidade e circulação são temas diretamente ligados à segurança e aos direitos de ser jovem no Rio. Circulação também significa conexão. E dissolução de opções identitárias que mantenham adesão, amor e compromisso a grupos ilegais que dominam os territórios. “Sair” e falar sobre “sua comunidade” para a cidade, o Rio, o mundo, é uma experiência única, como tem ficado demonstrado nas diversas oportunidades em que jovens falam de suas favelas e “quebradas” em fóruns municipais, nacionais e internacionais.

17. Devo esta observação a Fransérgio Goulart, assessor Cedaps, e coordenador do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro.

• **Trajetórias de saída do crime.**

José Machado Pais, pesquisador português, chama atenção para as *trajetórias ioiô*, típicas da juventude: os jovens param de estudar, arranjam um bico, às vezes têm um filho, daqui a pouco voltam para a casa dos pais, mais tarde voltam a estudar, estabelecem novas relações afetivas e assim por diante, em processos às vezes prolongados de experimentações. Estes seriam, segundo o autor, os movimentos próprios dos jovens contemporâneos ao ingressar na vida de adultos, a experimentação, a errância, as trajetórias descontínuas. Muitas vezes, quando se vive num território onde as armas e os grupos criminais estão muito próximos, o ingresso no tráfico é uma das passagens. Ou seja, é uma experiência da qual muitos jovens podem e querem ser resgatados. Temos que nos preparar como sociedade – autoridades públicas, ONGs, setor empresarial – para produzir opções e alternativas para jovens com baixa escolaridade e que tiveram experiências em grupos criminais, mas que desejam sair do ambiente do crime e ingressar no mundo do emprego. Além disso, o que mostra a presente pesquisa, é que existem muitas formas de se associar a grupos criminais. Não são apenas “os traficantes” de um lado e os “jovens inocentes” de outro. Há complexas relações entre uns e outros e muitas vezes bastante instáveis e mutantes. Temos de nos preparar para interferir nesses contextos, conhecendo melhor essas dinâmicas e ouvindo os jovens, estejam eles em que ponto estiverem da cadeia que engendra mortes diariamente.

• **Polícia.**

A polícia é um ator necessário e central nas agendas de redução da violência letal. Seja porque é necessário reduzir e controlar o uso de sua própria força letal, seja porque ela é necessária se quisermos livrar territórios da cidade dos grupos ilegais armados que ali vêm se estabelecendo há quase três décadas. Mesmo em cidades em que o problema da violência não é tão grave como no Rio de Janeiro, a polícia é resistente a estabelecer agendas com atores da sociedade civil. Nesse campo, o Rio é um caso limite. Mais do que resistentes, as polícias aqui não têm tradição de diálogo, as experiências de agendas comuns com a sociedade civil são reduzidas ou inexistentes, quando não traumáticas. É necessário mudar esse quadro e chamar as polícias para o diálogo, estabelecer metas conjuntas e estimular iniciativas do tipo “Juventude e Polícia” (como a desenvolvida pelo Grupo Cultural AfroReggae com a Polícia Militar de Minas Gerais e mais recentemente no Rio, através do projeto “Papo de Resposta”).

REFERÊNCIAS

- CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia: um estudo exploratório do fenômeno das chamadas "milícias" no Rio de Janeiro. In *Justiça Global, Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böell, 2008.
- Cedaps//Unicef. *Ser criança e adolescente no Rio de Janeiro: Pesquisa Participativa e Redes Sociais*. Áreas Complexo do Alemão e Entorno, Copacabana e Leme, Santa Cruz.". Rio de Janeiro: Cedaps / Unicef, 2008.
- DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.
- JUNIOR, José. *Da favela para o mundo: a história do Grupo Cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.
- NETTO, Otávio Cruz (org.). *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Eugênio (orgs). Jorge Zahar editor, 2006
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Editora Ambar, Porto, 2001.
- REINERMAN, Craig e Levine, Harry (orgs.). *Crack in America*. Berkley: University of California Press, 1997.
- SOARES, Luiz Eduardo; Bill, MV; Athayde, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de; Minayo, Maria Cecília de Souza; Cavalcante, Fátima Gonçalves. O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de Itabira. *Ciênc. saúde coletiva*; 11(supl.):1333-1342, 2006
- SOUZA, Fátima. *PCC, a facção*. São Paulo: Record, 2007.
- SOUZA, Jailson (coord.). *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2007.
- WISLIFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência: os jovens da América Latina*. Ritle/ Instituto Sangari/ Ministério da Justiça, 2008.
- ZALUAR, Alba. *Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência*. In Hermano Vianna (org.), *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.
- ZALUAR, Alba. *Teleguiados e chefes: juventude e crime*. In *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan, 1994.

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

Rua da Assembléia, 10, sala 810 - Centro - RJ - CEP: 20011-901 - Telefax: (21)2531-2033
email: cesec@candidomendes.edu.br

APOIO INSTITUCIONAL



FORD FOUNDATION

APOIO À PUBLICAÇÃO



CONSULADO BRITÂNICO
RIO DE JANEIRO

**APOIO À PESQUISA
JUVENTUDE, VIOLÊNCIA
E POLÍCIA**



ISSN 1807-528 2

PROJETO GRÁFICO
www.nitadesign.com.br